

Gladiadoras de Saias: mulheres capoeiras no norte do Brasil (1876 a 1912)*Gladiadoras de Faldas: mujeres capoeiras en el norte de Brasil (1876 a 1912)**Gladiators of Skirts: women capoeiras in the north of Brazil (1876 to 1912)***Luiz Augusto Pinheiro Leal**

Resumo: O final do século XIX, no Brasil, representou o auge da disciplinarização do corpo feminino negro, devido à preocupação com a formatação de uma identidade para a nação brasileira. O corpo expressava comportamento social e este, para ser aceito, deveria seguir normas específicas. O disciplinamento era voltado, especialmente, ao que dizia respeito ao campo de sua gestualidade, ou mais precisamente, da sua linguagem corporal. O corpo feminino deveria ser contido naquilo que poderia significar para a sociedade. Se o corpo feminino fosse negro ou transmitisse saberes e identidades de matriz africana, maior era a necessidade de controlar suas manifestações. Esse artigo visa tratar dessa temática a partir de uma relação aparentemente inusitada para a época: a prática da capoeira e o comportamento feminino no Norte do Brasil. A proposta visa demonstrar como ações cotidianas de mulheres negras eram carregadas de resistência ao modelo de comportamento imposto às mulheres do período.

Palavras-chave: Mulheres. Capoeira. Feminismo Negro. Cultura Afro-Brasileira. Cultura Negra.

Resumen: El final del siglo XIX, en Brasil, representó el auge de la disciplinarización del cuerpo femenino negro, debido a la preocupación por el formato de una identidad para la nación brasileña. El cuerpo expresaba comportamiento social y éste, para ser aceptado, debía seguir normas específicas. El disciplinamiento estaba orientado, especialmente, a lo que se refería al campo de su gestualidad, o más precisamente, de su lenguaje corporal. El cuerpo femenino debería ser contenido en lo que podría significar para la sociedad. Si el cuerpo femenino era negro o transmitiese saberes e identidades de matriz africana, mayor era la necesidad de controlar sus manifestaciones. Este artículo trata esta temática a partir de una relación aparentemente inusitada para la época: la práctica de la capoeira y el comportamiento femenino en el Norte de Brasil. La propuesta pretende demostrar cómo las acciones cotidianas de mujeres negras eran cargadas de resistencia al modelo de comportamiento impuesto a las mujeres del período.

Palabras clave: Mujeres. Capoeira. Feminismo Negro. Cultura Afro-Brasileña. Cultura Negra.

Abstract: The late nineteenth century in Brazil represented the height of the discipline over the black female body, due to the concern with the formation of an identity for the Brazilian nation. The body expressed social behavior and, to be accepted, it should follow specific norms. The discipline was directed, especially, to the field of gesture, or, more precisely, of body language. The female body should be contained in what it could mean for society. If the female body were black or transmitted knowledge and identities of the African matrix, the greater was the need to control its manifestations. This article aims to deal with this issue with a relationship apparently unusual for the time: the practice of capoeira and female behavior in the North of Brazil. The proposal aims to demonstrate how the daily actions of black women were loaded with resistance to the model of behavior imposed on women of the period.

Keywords: Women. Capoeira. Black Feminism. Afro-Brazilian Culture. Black Culture.

1. A mulher é a formosura que em tudo sofre?

O corpo, ao longo dos séculos, foi tema de preceitos, tabus, ritualizações e controle social inspirado no modelo da cultura ocidental. O corpo feminino, em particular, inspirou poesias, pinturas, músicas, esculturas, além de outras práticas artísticas, em sua valorização estética e sensual. Predominava uma exaltação do corpo feminino, mas apenas em certas formas de representações. No Brasil, paralelamente à produção artística voltada para uma estética feminina particular, outro modo de se fazer referência às mulheres passou a ser amadurecido no final do século XIX. A presença feminina não estaria mais contida apenas nos discursos da arte, mas também nas denúncias jornalísticas, nas proibições via código de posturas ou na repressão policial direta. Se em qualquer tema – como o trabalho doméstico, a prostituição ou os conflitos físicos – o comportamento da mulher poderia ser criticado visando à disciplinarização, havia uma prática que a denúncia destacava por seu aspecto bastante singular em relação ao uso do corpo feminino. Tratava-se da associação direta entre o comportamento feminino e a prática da capoeira, onde muitas vezes a mulher era denunciada por ser capoeira.

A princípio, aos olhos da atualidade, pode parecer insólita a associação da mulher à capoeira em pleno século XIX e em uma região pouco conhecida em relação à história da capoeira. Contudo, é no Norte do Brasil que as evidências mais antigas sobre a participação da mulher na arte-luta são conhecidas até o momento. Cabe, então, entender como a sociedade da época poderia relacionar o paradoxo de um modelo comportamental disciplinado atribuído à mulher e o vínculo de mulheres a uma prática marginalizada – predominantemente associada aos homens – e com uma forte expressão libertária em relação ao uso do corpo.

A delimitação temporal de 1876 a 1912, adotada aqui, refere-se ao período de ascensão e declínio da economia gomífera na Amazônia. Contudo, também delimita as mudanças em torno do sistema de trabalho praticado em todo o Brasil. O primeiro ano se refere aos dez anos que antecedem a abolição da escravatura, revelando a permanência de uma mentalidade racista e racista em relação ao negro na sociedade paraense pós-abolição. Também é referência à primeira notícia formal sobre uma mulher praticante de capoeira no Brasil. O último ano corresponde ao marco da decadência da economia da borracha, simbolicamente representada pela expulsão do intendente Antônio Lemos da administração de Belém. O período também corresponde ao apogeu e declínio do modelo cultural de inspiração europeia para a Amazônia.

A documentação privilegiada para abordar estas experiências, além do Código Penal de 1890, consiste nos artigos de jornais daquele contexto – *A Constituição*, *Diário de Notícias*, *A República* e *A Semana*. Correspondem a diferentes posicionamentos políticos, mas concordantes em relação ao julgamento do lugar social da mulher. Eram jornais que regularmente publicavam matérias voltadas para a temática do cotidiano feminino, orientando sobre o modelo ideal de comportamento e, ao mesmo tempo, enfatizando críticas quando ela não seguia o modelo ideal proposto. Vejamos seus argumentos. Um modelo de comportamento para as mulheres

[...] a mulher é a formosura que em tudo sofre, a caridade que tudo cura, a fé que comunica perpetuamente com o céu, a virtude benéfica, a santa poesia do lar, o anjo que se inclina sobre o berço e sobre o leito da dor, e deposita com suas lágrimas o orvalho do céu em nossa vida, o espírito de ordem, de economia, e de consolação de todas as dores, o sorriso celeste, o bálsamo que tira todo o

veneno às feridas da existência, a oração que de contínua levanta a família a Deus, e enche de harmonia e de virtudes todo o lar; é o pensamento e o amor, a razão e a fé, a ciência e a poesia.¹

O trecho citado acima corresponde à parte de um artigo publicado em abril de 1898, em Belém do Pará, no *Diário de Notícias*. Sua abordagem temática apresenta uma definição do que consistia ser mulher em uma família ideal, cujo papel social de cada um dos membros estaria claramente definido. Enquanto que para o homem, ou melhor, para o pai, a razão, o pensamento, a autoridade, o provimento, a força e o próprio nome da família seriam as características que marcavam a sua personalidade, à mulher (mãe) caberiam diversos atributos que lhe manteriam voltada somente para o trabalho doméstico e para os cuidados com sua família; além de ter que ser formosa, deveria ter a fé e a virtude de uma santa, ou de um anjo, que, mesmo sofrendo, precisaria saber consolar todas as dores dos seus familiares. Ela representava o próprio espírito de ordem (em seu comportamento e atitudes) e de economia (função doméstica), dedicada a uma oração contínua que elevaria a sua família a Deus (preocupação religiosa). Dessa forma, ser mulher era assumir qualificações próprias que a diferenciavam do homem.

Na verdade, este artigo não corresponde a um discurso isolado. Em Belém do final do século passado, bem como em todo o Brasil, discursos como este eram frequentes em artigos jornalísticos. Eles convergiam seus argumentos para a exaltação de um modelo específico de comportamento feminino. Na maioria destes artigos, as etapas do desenvolvimento “natural” da mulher, tais como infância, adolescência, maturidade e velhice, eram relacionadas a certas etapas de um “programa social” destinado à vida da mulher, ou seja, ela passaria, durante algum tempo, pela situação de filha, de virgem, de esposa e, por fim, de viúva. Como filha (infância), devia obediência a seu pai e dedicação intensa à aprendizagem das “prendas” ensinadas por sua mãe; sua virgindade (adolescência) era quase que sagrada e a moça deveria ter comportamentos recatados, coerentes com a moral religiosa ensinada na igreja; na situação de esposa (maturidade), deveria ser obediente ao seu marido e demonstrar total dedicação às preocupações do lar; e sendo viúva (velhice), seu comportamento deveria estar plenamente voltado para as coisas de Deus e sua vida, um exemplo de fé e dedicação à igreja.

Segundo tal modelo, haveria uma relação direta entre as “fases” do crescimento, amadurecimento e envelhecimento feminino com certos comportamentos que deveriam ser assumidos pelas mulheres. Seu comportamento social era compreendido como uma extensão de seu próprio desenvolvimento biológico. Esta associação, entre comportamento social ideal e o desenvolvimento biológico, correspondia a um modelo de vida que era pregado tanto por segmentos da imprensa secular como pela imprensa católica. Esta última defendia uma educação “especial” para as mulheres cristãs que, por sua vez, se diferenciariam das mulheres apontadas como mundanas.

Em fevereiro de 1877, o jornal católico *A Boa Nova*, tratando dos objetivos do Asylo Santo Antônio frente à educação feminina, diferenciava claramente o tipo de mulher que deveria ser atendida. Segundo o articulista, a instituição “não tem por fim precisamente formar a mulher mundana, mas educar a mulher cristã, cuja vida deve ser ditada pelos ditames da lei evangélica.”² A lei evangélica, por sua vez, visava a associar no comportamento feminino o “trabalho” e a “piedade”.

¹ *Diário de Notícias*, 14 abr. 1898. p. 1. Sob a epígrafe A Família.

² *A Boa Nova*, 3 fev. de 1877. p. 2. apud BEZERRA, J. M.. O Asylo Lyndo e Protetor: práticas e representações sociais sobre a educação feminina - Belém (1870- 1888). In: ÁLVARES, M. L. M.; D’INCAO, M. Â. (orgs.). **A mulher existe?** Belém: GEPEN, 1995.

Desse modo, além de se tornar uma perfeita “mãe de família”, ela deveria ser “modelo de seus filhos, exemplo para seu marido, anjo tutelar do lar doméstico”.³

A educação feminina aparece aqui como uma preocupação de certos setores da igreja católica, cujo objetivo era o de preparar a mulher para a constituição de uma família cristã ideal. A mulher educada teria a obrigação de associar o trabalho (limitado ao doméstico) com sua prática de piedade religiosa. Inclusive, trabalho doméstico e piedade cristã seriam seus exclusivos patrimônios como mãe de família. Nesse sentido, a educação feminina estava voltada para dar condições à mulher de encarar seu pré-determinado futuro, ou seja, cuidar de seus filhos, de seu marido e da vida doméstica. Daí que novamente o modelo fica estabelecido e pretende dar conta do comportamento das mulheres de Belém.

A naturalização do comportamento feminino se evidencia aqui como um discurso, uma construção histórica e cultural de contexto específico. Longe de ser realmente natural ou imutável, tal discurso deve ser desconstruído “em todos os níveis (teorias e práticas, representações e fatos materiais, palavras e coisas)”, como nos ensina a historiadora Michelle Perrot⁴. Tal interpretação pode ser compreendida com mais nitidez se consideramos que, no contexto da elaboração dos artigos apresentados, o cenário urbano das principais capitais da Amazônia começava a sofrer severas transformações, patrocinadas pela economia gomífera.⁵ O projeto reformador tinha por objetivo, além das reformas arquitetônicas, a “moralização” e o “disciplinamento” de uma população considerada de “maus costumes”. Contudo, a implementação da proposta de modernização das capitais, que incluía o modelo ideal feminino proposto por alguns discursos jornalísticos do final do século XIX, entrava em conflito com as diferentes práticas socioculturais de mulheres pobres que não compartilhavam das mesmas condições de vida daquelas consideradas de “boa família”.⁶

2. A mulher como um “problema” social

[...] A sociedade paraense apela para a autoridade competente que, empregando toda a energia há de cumprir o seu dever, garantindo assim a paz em toda e qualquer parte onde essas meretrizes procurem se confundir com as famílias.⁷

A documentação jornalística do final do século XIX revela um projeto disciplinador que visava o controle do comportamento feminino em suas várias dimensões sociais. Tal projeto se caracterizava pela defesa de um modelo idealizado e também por duras críticas a tudo que era considerado como “maus costumes”. Por isso a diferenciação entre as meretrizes e as famílias citadas acima. Às mulheres caberia uma vida integrada dentro de uma ordem que não deveria ser quebrada. Ocorrendo a quebra, de imediato surgiam denúncias que condenavam o comportamento “irregular” que não se enquadrava no modelo proposto. Este foi o caso apontado pelo periódico *Diário de*

³ BEZERRA, J. M. O Asylo Lyndo e Protetor, 1995.

⁴ PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, p. 24, 1995.

⁵ LEAL, L. A. P. **A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)**. Salvador: EDUFBA, 2008.

⁶ A expressão “boa família” deve ser entendida aqui como uma referência às famílias dos ricos comerciantes, administradores e seringalistas, que representavam a “alta sociedade de Belém, no momento em que a cidade se expandia graças à economia da borracha”. Sobre o período da Belle Époque em Belém, ver SARGES, M. N. **Belém: riquezas Produzindo a Belle. Belle Époque (1870-1912)**, Belém, Paka-Tatu, 2000.

⁷ **Diário de Notícias**, 21 jul. 1896.

Notícias, em setembro de 1897, sob a epígrafe Maria Meia-noite, que denunciava “as imoralidades que pratica essa mulher quase diariamente” e reivindicava que a “autoridade obrigasse a mesma a mudar-se d’ali, pois já não é a primeira vez que as famílias nos fazem essa reclamação”.⁸

“Maria Meia-noite” era, sem dúvida, a alcunha de uma mulher que, por seu comportamento considerado inconveniente, conseguiu aparecer em uma página de jornal. O autor da denúncia, por informar tão pouco sobre ela, não nos permite obter mais dados a respeito. Ficamos sem saber quem era ela, qual seu verdadeiro nome, o que fazia para sobreviver ou mesmo em que consistiam as “imoralidades” por ela praticadas que tanto desagradavam as “famílias”. No entanto, foi possível perceber que era somente através da quebra daquilo que era considerado como a ordem vigente que um contraste com o modelo ideal de mulher poderia aparecer nos artigos dedicados ao gênero feminino. Ao invés do elogio e da apologia à mulher de “péssimos costumes”, só restava a crítica e a condenação ao banimento.

O episódio nos permite compreender que o modelo ideal feminino, que pretendia abarcar as mulheres em geral, não era assimilado dogmaticamente por todas, pois muitas das que eram pobres não se enquadravam, por suas práticas sociais e culturais, na proposta “pedagógica” lançada por certos artigos de jornais. Várias mulheres, por seu comportamento próprio e distinto do que era considerado ideal, eram apresentadas como desordeiras e nocivas às famílias mais pacatas. Em agosto de 1896, por exemplo, Conrada Garcia, sua irmã Antônia Garcia e Leopoldina Gonçalves, moradoras da travessa do Atalaia, foram recolhidas à Estação Policial, acusadas de “fazerem desordens, sobressaltando as famílias”.⁹

Normalmente, os artigos que se referem à prática “turbulenta” de mulheres que fogem à regra do modelo ideal dirigem uma crítica à ineficácia da atuação do corpo policial frente às desordens de certos indivíduos ou grupos. O objetivo de tal crítica era, muitas vezes, político, pois visava atingir os superiores do chefe de polícia que pertencessem a algum partido oposto ao daquele que fez a denúncia. Tal atitude era muito comum no final do século XIX. Contudo, artigos de elogio à atuação da polícia também eram possíveis e visavam a prestigiar o trabalho policial de agentes subordinados a políticos simpáticos ao autor do artigo ou ao próprio jornal.¹⁰ Havia um consenso quanto ao lugar da mulher na sociedade, mesmo entre jornais de forte oposição política. Caberia então manipular as informações, a fim de garantir melhores resultados frente aos seus interesses.

Esta suposta eficácia dos artigos de jornais para mobilizar a ação da polícia poderia ser interpretada a partir da análise do tipo de trabalho feito pela imprensa do período. Segundo Lilia Schwarcz, o jornal é eficaz “porque trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiteraões tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis”. Ao criar e repetir os consensos, as explicações seriam dispensáveis e os argumentos assumiriam as características de verdades, “verdades de um espaço inquestionável”.¹¹

É justamente no trabalho de criar e repetir consensos que se baseavam muitos dos artigos de jornais que tratavam do comportamento feminino para interpretar situações que não estavam acontecendo tal como eram apresentadas, mas que poderiam servir como instrumento de educação

⁸ *Diário de Notícias*, 28 set. 1897. p. 1.

⁹ *Diário de Notícias*, 23 ago. 1896. p. 2.

¹⁰ QUEIROZ, J. M. *Da senzala à república: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Mimeografado.

¹¹ SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p. 248.

ou mesmo de lazer do público leitor. Muitas vezes, quando o artigo era direcionado a alguma prática feminina “estranha” ao modelo ideal proposto, o seu autor utilizava uma linguagem própria para se referir ao caso; divertida, breve e repleta de gírias. Além do caráter político, a estratégia de venda dos jornais fazia com que os jornalistas se empenhassem em “inventar detalhes extravagantes que enfeitassem a notícia, causando sensação ao público e assegurando a venda de muitos exemplares do jornal. “O sensacionalismo começava já na ‘cabeça’ – isto é, nas ‘considerações que precedem uma notícia’ – e se caracterizava por um filosofar de caráter moralizador”.¹²

Este parece ser o caso de um artigo intitulado de *O reinado das mulheres*, publicado em 1892 pelo jornal *Diário de Notícias*, em que uma série de denúncias passaria a ser apresentada contra um espaço de moradia popular conhecido como Pratinha, onde predominava a presença de mulheres lavadeiras. Segundo o articulista:

Seria conveniente que o governo tomasse qualquer medida em ordem para garantir as instituições republicanas na PRATINHA: há ali tantas mulheres, o sexo forte é coisa tão diminutamente respeitada ali, que não será para admirar o vermos qualquer dia as referidas mulheres aclamarem d’entre si uma soberana, revivendo por esse modo o domínio da rainha Crinoline.¹³

Observe as características políticas evidenciadas no texto a partir da referência às instituições republicanas em oposição à concepção de uma “soberana” representada pela “rainha Crinoline”¹⁴. A República ainda era uma instituição recente e um possível retorno da monarquia ainda era considerado como algo possível naquele contexto. O autor da denúncia chega a considerar as “As adesões mesmo por parte de nós outros, que vestimos ceroulas e camisas de meia, não se farão esperar” e sugere aos governantes “mandar cercar de peças de artilharia aquele ponto, – se é que não deseja ver plantada a anarquia no solo paraense”. O estilo bem humorado do texto não deixa escapar, contudo, certo dualismo que se caracteriza não apenas pela oposição entre a Monarquia e a República, mas também entre o “sexo forte” e o “domínio da rainha”. Contudo, o elo entre a política e a guerra dos sexos permeia toda a argumentação. Após citar episódios em que um soldado e dois ladrões são espancados e presos pelas mulheres da Pratinha, ao tentarem apropriar-se de roupas lavadas, o articulista conclui: “Não há dúvidas: é das mulheres lavadeiras da Pratinha que há de surgir a salvação da pátria!”¹⁵

Não obstante, os articulistas também relatavam episódios de conflitos entre elas. Esse foi o caso da lavadeira Maria da Conceição que encontrou sua rival na travessa Bom Jardim e não hesitou em se lançar em uma “grande luta, com os competentes puxões de cabelos e bofetadas”. Segundo o autor, o fato passou despercebido pela polícia e acabou terminando “em família”¹⁶. Se a lavadeira Maria da Conceição tinha motivos para travar uma luta com sua rival, este era um detalhe que não

¹² CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13.

¹³ Ainda segundo o articulista: “a PRATINHA é um agrupamento de choupanas, uma aqui outra além, situado à rua Conselheiro Furtado, quase na altura de Nazaré; a ELITE das lavadeiras escolhe esse lugar, rico em cristalinas fontes murmurosas, para n’ele transformar em coisa capaz a nossa roupa suja”. *Diário de Notícias*, 13 mar. 1892.

¹⁴ Referência ao espetáculo *A rainha Crinoline* ou *O reinado das mulheres*, uma opereta em 2 atos, promovida pela Empresa Vicente que, por volta de 1875, fez turnê pelo Norte do Brasil. SILVA, R. **A Companhia Teatral Phenix Dramática: teatro ligeiramente nacional no Rio de Janeiro entre as décadas de 1860 e 1870**. Tese de Doutorado em História. JUIZ DE FORA: UFJF, 2016.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ *Diário de Notícias*, 27 out. 1893. p. 1.

parecia fazer parte dos interesses do autor. Mesmo assim, a notícia ajuda na compreensão do cotidiano tenso vivenciado por mulheres pobres daquele contexto.

Uma sequência de artigos publicados pelo *Diário de Notícias* entre abril e maio de 1893, sob a epígrafe *Fatos e boatos*, também segue o mesmo estilo de denúncias contra o comportamento feminino e a relação com a política. Em um deles, surgia a figura de “Joana Maluca, monarquista de papo vermelho” que havia entrado em conflito com outra mulher que fora identificada apenas como “boneca de acapú”¹⁷. Joana Maluca é considerada monarquista porque o articulista, republicano, não podia deixar passar a ocasião de associar à maluquice de Joana a sua opção política. Era uma forma de fazer uma crítica àqueles que ainda teimavam em pensar na possibilidade de retorno ao passado regime político.

Fotografia I - “Costumes Paraenses”



Fonte: **Belém da Saudade**, 1996.

Em outras notícias, a ênfase se dava apenas na explicação das motivações do conflito em que mulheres estavam associadas: em abril de 1893, Maria das Dores disputaria com Maria Galinha “um trovador de esquina que era o Romeu d’aquela”¹⁸; no mesmo mês, “uma mulatinha de cabelo nas ventas e chinelinha no meio dos pés escovou maravilhosamente a lata dum condutor de bondes”, que “queria beijá-la”¹⁹; contudo, ainda é a Joana Maluca que se destaca entre as diferentes notícias. Conforme o articulista, ela chegou a fazer uma “conferência” na rua do Rosário para um grupo de ouvintes. E dizia: “o meu primo Ouro Preto, há de acabar com estes republicanos de meia pataca então é que eu quero ir no Rio de Janeiro pa capá o sem vergonha do Floriano”²⁰. Com este artigo chegamos ao auge do vínculo entre comportamento feminino e regime político, quando a valentia da Joana Maluca, ou Joaninha, contra a República fica evidenciada. Mais à frente poderemos entender melhor o porquê da referência à capital da República e ao primo de Joaninha, Ouro Preto (personagem temático dos debates políticos que ocorriam na imprensa carioca). Por enquanto, podemos considerar que as mulheres apareciam em alguns artigos de jornais pelo menos por dois motivos: ora pela exaltação a um modelo de comportamento feminino, ora pela crítica a qualquer atitude feminina que fugisse à ordem ditada por tal modelo.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ *Diário de Notícias*, 30 abr. 1893. p. 1

¹⁹ *Diário de Notícias*, 27 abr. 1893. p. 1

²⁰ *Diário de Notícias*, 27 abr. 1893. p. 1

Algumas das formas de estas mulheres escaparem do modelo ideal feminino já foram apresentadas aqui e dizem respeito às próprias relações entre elas e com o sexo oposto e até mesmo com a política. Contudo, ainda há um meio de serem excluídas socialmente e condenadas por não seguirem as recomendações do modelo proposto. Trata-se da troca de experiência com homens que partilhavam seu cotidiano e, particularmente, a utilização de uma prática cultural marginalizada. Considerando estes aspectos, um artigo publicado em novembro de 1876 no jornal *A Constituição* informava, sob a epígrafe *Que mulher capoeira!*, o caso mais antigo de prisão de uma mulher capoeira. Tratava-se da “cafuza Jerônima, escrava de Caetano Antônio de Lemos”, que fora presa às “7 horas da noite, por praças do 4º Batalhão de Artilharia”²¹. Uma notícia sucinta, mas reveladora das várias possibilidades de atuação feminina no contexto de referência.

Jerônima, sem dúvida, revelava-se como um caso excepcional para uma sociedade em que as atividades femininas estavam voltadas, sobretudo, para o trabalho doméstico. Mesmo sendo escrava, os rigores de um modelo ideal de comportamento também estavam direcionados a uma tentativa de controle sobre suas atividades cotidianas. Apesar disso, Jerônima, que poderia ter aparecido no artigo do jornal sob as mais variadas condições, surge como uma mulher capoeira. Tal associação só pode ser compreendida se enveredarmos por caminhos que auxiliem no entendimento do contexto específico em que o comportamento feminino e a prática da capoeira poderiam estar vinculados. Assim, precisamos entender os significados e importância da prática de capoeira neste momento em Belém e como o discurso moralizador da imprensa tratava a temática.

3. O reinado das mulheres capoeiras

[...] e avançando pelo beco, deu com aquela mulher escura, magra, descabelada que gesticulava e distratava. Logo aparecia outra, meio velhusca, que tentava acalmar a magra, nas boas palavras, nos bons modos. Qual! A descabelada passou a saltar na frente da outra como jogador de capoeira. E não é que de repente levanta o vestido sujo e roto, que era a sua única roupa? Tropeçou, caiu, se ergueu, ligeira, para fazer o mesmo cinema, repetidamente [...]²²

A capoeiragem, como era conhecida a prática da capoeira, estava presente em Belém desde muito tempo e as primeiras referências encontradas sobre o tema estão presentes em artigos de jornais da primeira metade do século XIX. Normalmente, os capoeiras eram escravos, mas outras pessoas também chegavam a trocar experiências com eles, especialmente quando partilhavam a mesma situação de marginalidade. O capoeira se caracterizava como tal por sua habilidade na utilização do corpo como instrumento de luta, defesa ou exibição. Por não sofrer concorrência equivalente com qualquer outro tipo de luta no Brasil, a capoeira se manteve por longo tempo no século XIX como o terror para os “bons cidadãos” que, por sua vez, apareciam como vítimas do ataque “traíçoeiro” de algum capoeira. Também era através de artigos de jornais que, mesmo durante o Império, muitas críticas foram direcionadas a uma suposta ineficácia da polícia frente às atividades dos capoeiras²³.

Com o advento da República, a capoeiragem passou a ser considerada crime e sua prática foi proibida. O novo Código Penal da República, organizado logo após sua proclamação, previa, como punição para o praticante de capoeira, entre outras coisas, a deportação do indivíduo para ilhas

²¹ *A Constituição*, 21 nov. 1876. p. 2

²² JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. São Paulo: Martins, 1960. p. 36-37.

²³ LEAL, L. A. P. *A política da capoeiragem*, 2008.

que funcionavam como prisões, tal como a de Fernando de Noronha, ou para regiões de fronteira, como era o caso do Amapá. O código não apresentava uma definição muito precisa em relação ao que seria considerado capoeiragem. Talvez isso ocorresse devido à dificuldade de se definir a prática, tal como ainda acontece nos dias de hoje.

De qualquer modo, segundo o Código Penal de 1890, a capoeiragem consistiria, de modo geral, em “exercícios de agilidade e destreza corporal” feitos em ruas e praças públicas e, de modo mais específico, em “andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor ou algum mal”²⁴. Além disso, a penalidade para a prática da capoeira seria ampliada se a partir dela ocorresse homicídio, lesão corporal, ultraje ao pudor público e particular, perturbação da ordem ou a posse de armas. Em outras palavras, a abrangência dos significados sobre a prática da capoeira exigia uma legislação bastante flexível, ainda mais considerando que sua criminalização teve um forte caráter político, pois isso garantiria o uso da legislação para diversos fins²⁵.

Logo após a criminalização dessa prática, iniciou-se uma intensa campanha policial de perseguição aos capoeiras que, muitas vezes, eram protegidos por “padrinhos políticos”. Estes se valeram dos “serviços” dos capoeiras capangas ao longo do Império e início da República. A caça às bruxas se deu em todo o Brasil, mas, quantitativamente, foi mais intensa no Distrito Federal, então sediado no Rio de Janeiro. No Pará, as denúncias feitas através de artigos de jornais se intensificaram e exigiam uma tomada de atitude por parte das autoridades. Este foi o caso do artigo publicado em 1890, por *A Semana*, direcionado ao Chefe de Segurança Pública:

O Sr. Chefe de Segurança, desembargador Gomensoro, já reparou para a malta de vagabundos que infesta a nossa capital? Depois daquele pega-pega, ainda no tempo da monarquia, ninguém quis mais reparar nos vadios, bêbados de profissão, que se reúnem pelas tascas, a provocar desordens e a insultar a gente séria. Que proteção é essa? [...] ²⁶

A advertência feita ao desembargador Gomensoro, como já foi visto antes, poderia ser apenas uma forma que o autor encontrou para criticar os superiores do desembargador por sua falta de ação, mas também significava uma não aceitação das atitudes dos mesmos indivíduos que preencheram o cenário da Monarquia e que ainda “sujavam” a imagem da recém-nascida República. “Vadios, bêbados de profissão” e “desordeiros” eram qualificações geralmente atribuídas aos capoeiras. Seria uma forma de criticar uma prática recorrente, sem que o articulista tivesse a necessidade de apontar os sujeitos que a praticavam. Mas nem sempre os indivíduos passavam como anônimos. Algumas vezes, tinham seus nomes revelados pelos autores de artigos que exigiam alguma providência das autoridades responsáveis pela Segurança Pública. Foi dessa forma que Francisco Bayma Esperança fora denunciado como capoeira em 1893, através do periódico *Diário de Notícias*. Ele havia sido preso “quando de Nazaré voltaram às bandas de música, ao som de um dobrado”. Nessa ocasião, o capoeira Francisco, após “já ter diversas pessoas no chão, fez um ferimento no cidadão Raimundo Ferreira da Rocha, com uma navalha que trazia na cinta”²⁷.

²⁴ BRASIL. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Décimo fascículo de 01 a 31 de outubro de 1890, capítulo XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 2734-2735. Arquivo Público do Estado do Pará.

²⁵ LEAL, L. A. P. **A política da capoeiragem**, 2008.

²⁶ **A Semana**, 17 mar. 1890. p. 2 apud SALLES, V. – **A capoeira no Pará**, Brasília, Microedição do autor, 1994.

²⁷ **Diário de Notícias**, 17 out. 1893. p. 2.

A ocorrência de capoeiras que aproveitavam certas festas de rua para se exhibir era comum neste momento e poderia significar alguma espécie de “prova de valentia” entre os grupos ou para os iniciantes; mas outra coisa que também deve ser evidenciada, além do uso da “rasteira” por Francisco, é a utilização de uma navalha. Instrumentos como navalhas, facas e até mesmo cacetes eram frequentemente recursos utilizados por capoeiras em complemento a suas habilidades corporais²⁸. Inclusive a utilização destes mesmos instrumentos por mulheres torna-se uma primeira pista para a compreensão da possível troca de experiências entre mulheres e homens na prática da capoeira²⁹. No entanto, as referências sobre mulheres capoeiras nem sempre apareciam como denúncia à polícia. Em janeiro de 1893, sob a epígrafe *História pândega*, o jornal *Diário de Notícias* publicou uma notícia que vale a pena citar na íntegra:

Era uma vez um bombeiro muito metido a sebo e que tinha vontade de prender um pequeno que levava na cabeça um tabuleiro quando passava junto do palacete.

Uma mulher ia atrás, e o menor, vendo a intenção do bombeiro, pôs-se de atalaia, resmoneando: - se tu fores capaz de encostar, encosta, cabra!

O bombeiro armou o bote e num abrir e fechar de olhos botou os gado-nhos no pequeno, que assustou-se e deixou cair o tabuleiro da cabeça.

A mulherzinha, que estava com a pulga na orelha, cresceu com uma fúria para o bombeiro, e quando este quis botar valentia levantando a mão para aplicar-lhe um trunfo, *ela estranhou o corpo, fez uma pequena pirueta* e uma tremenda bofetada estremeceu na cara do bombeiro.

Nova menção de valentia. *Nova capoeiragem da mulher e... zás!* Tome bolacha na cara, seu bombeiro...

Aí o cabra fraquejou. Vendo que não era mulher pra homem, tirou o capacete da cabeça, fez a pontaria e arremessou-o contra a mulher.

Errou o alvo ainda desta feita.

A bichinha abaixou-se, torceu o corpo, deixou o capacete passar e, enquanto este rolava pelos paralelepípedos, ela botava de novo os 5 mandamentos na cara do bombeiro.

A luta era desigual. O valente conheceu a sua fraqueza; pôs sebo às canelas e azulou para o quartel, debaixo de tremenda vaia.

Isto aconteceu ao lusco-fusco de terça-feira desta semana.

O mulherzinha badeja”.³⁰ (grifos do autor)

O episódio, a princípio, pode parecer apenas uma ficção que visa a divertir o leitor do jornal, pois havia um paradoxo do “sexo forte” sendo humilhado pelo “sexo frágil”, tal como no caso das lavadeiras da Pratinha. Contudo, o documento fornece um conjunto de informações, cujos significados devem ser interpretados para a compreensão daquele contexto. São pistas que se enquadram naquilo que o historiador Carlos Ginzburg identifica como “testemunhos históricos

²⁸ SALLES, V. **A defesa pessoal do negro**, p. 23

²⁹ LEAL, L. A. P.; PANTOJA, L. S. Das bulhas e vozerias. In ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. (Org.). **Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher**. Belém: Cejup, 1997.

³⁰ **Diário de Notícias**, 12 jan. 1893.

involuntários”³¹. Em outras palavras, o texto só provocaria hilaridade se fosse compreendido pelo leitor. Ou seja, o episódio ridicularizava a fraqueza masculina, a partir de um código cultural que se fundamentava em elementos concretos do cotidiano urbano da cidade. Nesse contexto, muitos dos bombeiros eram denunciados como capoeiras do governo (só apareciam como capangas quando eram denunciados pela oposição partidária). O trabalho de menores, sob orientação feminina, fazia parte do cotidiano das trabalhadoras de Belém³². No entanto, também deve ser observado que o uso de certas expressões do articulista, para descrever o movimento corporal da mulher, extrapola as definições do Código Penal para a capoeiragem. A que foi praticada por esta mulher contra o bombeiro se caracterizava pelo detalhe da movimentação do corpo (“ela estranhou o corpo, fez uma pequena pirueta” e, depois, “abaixou-se, torceu o corpo”). Tratava-se da “nova capoeiragem da mulher”.

Quase 20 anos depois, a capoeiragem feminina seria denunciada sob a perspectiva da criminalização. Na verdade, o autor não enfatizava a criminalização para a prática da capoeira, mas para a postura belicosa de mulheres moradoras de um cortiço. O estilo do texto é carregado de certo humor, apesar de menos literário que o caso citado acima, mas ainda repleto de informações sobre o contexto social das beligerantes. Além disso, auxilia na caracterização dos usos da capoeiragem por mulheres e na descrição do espaço social em que a prática poderia ser vivenciada. O artigo, sob a epígrafe “Amor, gelada e faca”, foi publicado em fevereiro de 1911, pela *Folha do Norte*, e informava detalhes do conflito. Segundo o articulista:

Ontem ao meio-dia, à avenida almirante Tamandaré, em frente a rua Bom Jardim, houve um espetáculo de luta, em que faziam de gladiadores duas saias.

Liduína Alves Mascarenhas, uma cor de café com leite que tem roxa paixão por um indivíduo vagabundo, foi encontrá-lo em serviços com Maria José da Conceição.

Não se conteve a amante travar e começou por um discurso, depois passou a afogar o ciúme nuns copitos da branca e acabou por espalhar-se, na porta do cortiço n° 5, em jogos de capoeiragem, tentando, afinal por abaixo a porta do quarto da rival.

Ninguém se lhe podia encostar que não levasse uma rasteira.

Mas... repentinamente, abre-se a porta do quarto e a Maria José descasca uma faca e passa dois golpes na adversária, sendo um na cabeça e outro no sobrolho esquerdo.

Houve reboliço e intervenções, sendo as duas separadas. A polícia compareceu e recambiou as lutadoras para o xadrez; indo também fazer-lhe companhia uma pitonista (sic) discursadeira Odorica Maia conhecida por Barriguda, que na ocasião, batia palmas.³³

Os aspectos negativos da capoeiragem feminina, em especial o uso da violência (“descasca uma faca e passa dois golpes na adversária”), se contrapõem aos possíveis aspectos lúdicos que a notícia apresenta (“afogar o ciúme nuns copitos da branca”; “que na ocasião, batia palmas”). As

³¹ GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³² PANTOJA, A. L. N.. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910). In: BUSCHINI, C.; PINTO, C. R. (Org.) **Tempo e lugares de Gênero**. São Paulo: Ed.34, 2001.

³³ **Folha do Norte**, 28 fev. 1911.

informações do artigo foram fornecidas por pessoas que não estavam preocupadas em descrever ou explicar as práticas culturais femininas, mas sim condenar qualquer atividade que não seguisse os padrões da “nova sociedade” que se constituía com a República.

A notícia bem que podia fazer parte da campanha de moralização das mulheres que foi desenvolvida desde o final do século XIX. Suas características se enquadram naquele modelo de argumento. Contudo, tratava-se de um novo contexto. Mesmo assim, os detalhes referentes ao caso acima saciam parte da necessidade de se “visualizar” a prisão da escrava Jerônima, que foi apontada como uma mulher capoeira, e muitas outras mulheres que seriam associadas à prática.

Voltando ao tema da campanha de repressão aos capoeiras, após a implantação da república, será possível observar que a mesma rede de perseguição aos capoeiras também era estendida às mulheres que os acompanhavam. Em muitos casos, por elas também estarem associadas, em suas práticas, à “vagabundagem” (tema vinculado à criminalização da capoeiragem).

Mulheres que eram valentes e se metiam em brigas muitas vezes eram apresentadas como um mau exemplo a ser seguido, mas nem por isso eram apontadas como capoeiras. A escolha da forma de se referir a estas mulheres estaria voltada diretamente ao interesse ou preocupação de quem escrevia no jornal. Se, por um lado, o autor de um artigo pretendia criticar alguma autoridade através da figura do Chefe de Polícia, também poderia utilizar qualquer tema que envolvesse o trabalho dele, como prostituição, capoeiragem, ou associá-los entre si para dar um maior peso ao “problema”, em uma tentativa de sensibilizar a opinião do público leitor. Aqui temos um caso que parece “funcionar” neste sentido:

Já que o honrado desembargador chefe de polícia está dando caça aos vagabundos que infestam esta cidade, lembramos-lhe a necessidade de estender suas redes até esses botequins indecentes que, à noite, regorgitam de prostitutas e desordeiras, que vivem no deboche e na embriaguez.

Essas vagabundas, que por aí andam aos montes desrespeitando as famílias honradas, são tão perniciosas quanto os capoeiras.

Será um serviço de grande merecimento que prestará o sr. desembargador Gomensoro à família paraense, mandando para o mesmo destino dos vagabundos as vagabundas.³⁴

Este artigo foi publicado em setembro de 1890 pelo jornal *A República*, sob a epígrafe bastante significativa de *As vagabundas*. Podemos entender, por meio dele, que a perseguição aos capoeiras em Belém estava fazendo parte do trabalho policial do desembargador Gomensoro e que isto agradava ao articulista responsável pelo artigo. Também podemos perceber que a denominação “vagabundos” estava sendo constantemente utilizada para se referir aos capoeiras, quase como um sinônimo. Mas o que mais nos chama a atenção é a relação que o autor faz entre os “vagabundos” e as “vagabundas”. Em uma comparação, estas seriam “tão perniciosas quanto os capoeiras”. Enviar tais “vagabundas” para o mesmo destino dos capoeiras seria um grande serviço que o desembargador faria à família paraense. Eis um tema que volta sempre, na maioria dos discursos que se referem ao comportamento feminino. Era necessário extirpar o mau exemplo de mulheres que não se portavam como aconselhava o modelo ideal feminino, defendido em alguns artigos de jornais.

A ordem estabelecida e o controle da sociedade deveriam atingir principalmente as cama-

³⁴ *A República*, 11 de set. 1890, p. 1.

das populares, pois este comportamento indisciplinado feminino deveria ser combatido uma vez que também atrasava o desenvolvimento do projeto republicano. Segundo Maria Izilda Matos, as mulheres que encontravam em seu estilo de vida a negação dos bons exemplos de donzelas, mães, esposas e submissas, exigidos pela sociedade, eram punidas pela legalidade e pela imprensa, que estampava suas vidas, seu cotidiano íntimo e suas tensões para o público, que julgava e tecia opiniões sobre a conduta das(os) envolvidas(os). Desta forma, homens e mulheres eram vulneráveis ao controle social e ao discurso republicano³⁵.

A visibilidade da mulher capoeira em Belém, no século XIX, por meio dos artigos de jornais e outros documentos, mostra a mulher não apenas destinada à reprodução, mas como sujeito histórico, ativo e reflexivo que se destaca nos jornais como um modelo proibido, que não deve ser seguido pelas mulheres de “boa família”. Isto revela como elas possuem uma historicidade com relação às ações cotidianas, aos posicionamentos políticos, às relações entre os sexos e as múltiplas dimensões da realidade histórica e social.

Enfim, no final do século XIX, um modelo ideal de mulher estava sendo construído pelos artigos de jornais. Ela deveria assumir certos comportamentos voltados para o seu marido, seus filhos e para o lar. No entanto, nos mesmos jornais em que estava sendo apresentado o modelo ideal, surgiam denúncias sobre o mau comportamento de certas mulheres que não se enquadravam no modelo pretendido. Eram, geralmente, pobres que conviviam com outros indivíduos também marginalizados: os capoeiras. A relação entre elas e os capoeiras não era bem vista pela imprensa, pois sua forma de viver e de se comportar não era adequada ao que propunha o modelo feminino pregado pelos articulistas. O cotidiano destas mulheres estava construído sobre regras próprias, as quais um observador de fora (como os autores dos artigos analisados) não entenderia, mas que elas compreendiam muito bem. Na verdade, a convivência com os capoeiras poderia representar para elas a própria aprendizagem das habilidades com o corpo e da utilização de instrumentos de capoeiragem. Era desse modo que se formava a mulher capoeira, especialmente no uso que fazia do próprio corpo. Bem longe do modelo de comportamento feminino pregado pela imprensa, as mulheres capoeiras eram livres em relação ao uso do próprio corpo. Eram, definitivamente, “gladiadoras de saias”.

³⁵ MATOS, M. I. S. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

REFERÊNCIAS

Fontes

A. IMPRENSA

A Boa Nova, 3 fev. de 1877

A Constituição, 21 nov. 1876.

A Semana, 17 mar. 1890.

A República, 11 de set. 1890.

Diário de Notícias, de 13 mar. 1892 a 14 abr. 1898.

Folha do Norte, 28 fev. 1911.

B. LITERATURA

JURANDIR, D. *Belém do Grão-Pará*. São Paulo: Martins, 1960.

C. LEGISLAÇÃO

BRASIL. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Décimo fascículo de 01 a 31 de outubro de 1890, capítulo XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 2734-2735.

D. ÁLBUM FOTOGRÁFICO

BELÉM DA SAUDADE: a memória da Belém do início do século em cartões postais. Belém, Secult, 1996.

Bibliografia

ÁLVARES, M. L. M.; D'INCAO, M. Â. (orgs.). *A mulher existe?* Belém: GEPEM, 1995.

ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. (Org.). *Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher*. Belém: Cejup, 1997.

BUSCHINI, C; PINTO, C. R. (Org.) *Tempo e lugares de Gênero*. São Paulo: Ed.34, 2001.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEAL, L. A. P. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008.

MATOS, M. I. S. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

OLIVEIRA, J. P.; LEAL, L. A. P. *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, p. 24, 1995.

QUEIROZ, J. M. *Da senzala à república: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Mimeografado.

SALLES, V. *A defesa pessoal do negro – A capoeira no Pará*, Brasília, Microedição do autor, 1994.

SARGES, M. N. *Belém: riquezas Produzindo a Belle. Belle Époque (1870-1912)*, Belém, Paka-Tatu, 2000.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1987.



SILVA, R. B. *A Companhia Teatral Phenix Dramática: teatro ligeiramente nacional no Rio de Janeiro entre as décadas de 1860 e 1870*. Tese de Doutorado em História. JUIZ DE FORA: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.